



DOI: 10.12957/transversos.2024.80986

## A ATUALIDADE DE GUERREIRO RAMOS

### THE CURRENT SITUATION OF GUERREIRO RAMOS

**Adriana Santos Santana da Cruz**

Universidade Federal da Bahia

[anesantana\\_26@hotmail.com](mailto:anesantana_26@hotmail.com)

**Cláudia Santos da Silva**

Universidade Federal da Bahia

[silva.c@ufba.br](mailto:silva.c@ufba.br)

**Fábio Calisto da Cruz Silva**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

[dayana.oliveira84@hotmail.com](mailto:dayana.oliveira84@hotmail.com)

#### **Resumo:**

Partindo da polêmica provocada em janeiro de 2022, depois que o jornal Folha de São Paulo publicou um artigo de opinião escrito por Antonio Risério, o qual afirma a existência do racismo reverso, nos damos conta de que as críticas e reflexões de Guerreiro Ramos sobre as ciências sociais e sobre os estudos raciais no Brasil continuam muito atuais e necessárias, no entanto, nosso autor raramente tem sido citado nos estudos; fato que nos suscitou algumas indagações: o que explica o apagamento de Guerreiro Ramos nos estudos raciais produzidos no Brasil na atualidade? Seria Guerreiro Ramos um intelectual cancelado nas discussões raciais da atualidade? Estas indagações nos remetem a um breve estudo bibliográfico, através do qual analisamos algumas obras de grande relevância para os estudos étnico-raciais do Brasil. Consideramos salutar refletir sobre a importância de Guerreiro Ramos para a construção de uma perspectiva epistemológica sobre a questão racial no Brasil.

**Palavras-Chave:** Guerreiro Ramos; ciências sociais no Brasil; racismo; branquitude.

#### **Abstract**

Based on the controversy caused in January 2022, after the newspaper Folha de São Paulo published an opinion article written by Antonio Risério, which states the existence of reverse racism, we realized that the criticisms and reflections of the Brazilian social sciences and racial studies are still very current and necessary, however, our author has rarely been cited in the studies; fact that raised some questions: what explains the erasure of the guerreiro Ramos in racial studies produced in Brazil today? Would Warrior Ramos be an intellectual cancelled in the current racial discussions? These questions refer to a brief bibliographic study, through which we analyze some works of great relevance for the ethnic-racial studies of Brazil. We consider it to be healthy to reflect on the importance of Guerreiro Ramos for the construction of an epistemological perspective on the racial issue in Brazil.

**Keywords:** Guerreiro Ramos; Social Sciences in Brazil; Racism; Whiteness.

## 1. Introdução

*Toda a atuação de nossas elites tem sido marcada por um desencontro entre suas ideias e os fatos brasileiros.*

Guerreiro Ramos, 1956: p. 87.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em 13 de setembro de 1915 na cidade de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo baiano, e faleceu em 6 de abril de 1982, de câncer, na cidade de Los Angeles, Estados Unidos. Renomado sociólogo e político brasileiro, influenciou intelectuais do mundo, com suas ideias e análises sobre as ciências sociais, a partir de uma ótica local, para quem a realidade nacional deveria ser determinante para a construção de um raciocínio crítico e verdadeiramente científico.

Intelectual negro, Guerreiro Ramos é considerado um dos sociólogos que mais contribuíram para a evolução desse ramo da ciência, ao fazer questionamentos e inferências sobre a necessidade e a importância de se construir uma teoria a partir das especificidades de cada região, as necessidades de cada povo e as peculiaridades de cada sociedade.

Militante pela causa negra, foi além da cientificização do papel do negro na sociedade brasileira, tentando, de forma ativa, criar uma conscientização coletiva através da ação. Dessa forma, ele participou da criação do Teatro Experimental do Negro, em 1944, ajudou a criar o Museu do Negro e o Instituto Nacional do Negro, além de escrever com regularidade para o jornal “Quilombo”.

Portanto, são incontestáveis tanto a importância quanto a contribuição de Guerreiro Ramos para o amadurecimento da ciência sociológica brasileira e para a conscientização racial do negro, que, segundo ele, estava atrelada a uma mudança coletiva de pensamento, que fosse além de crítica, autocrítica. Desprovida de vaidades, essa forma de fazer ciência, permitiria a percepção racializada da estrutura social, forjada a partir da inferiorização do negro e do enaltecimento do branco, que se deu através, dentre outros aspectos, da invisibilização do branco e da superexposição temática do negro.

Nesse ponto, ele inaugura uma discussão sobre a ideologia da brancura e a patologia social do branco. Essa era uma percepção inédita, numa sociedade que negava e ainda nega a existência do racismo e a, consequente exclusão e marginalização do negro. Portanto, as análises feitas por Guerreiro Ramos não foram completamente aceitas e ele não se tornou um pensador aclamado pela crítica, não seria um porta-voz da elite brasileira. Uma elite racista, cercada de

privilégios e sedenta por preservar esses privilégios; comportamento que não fugiu aos olhos apurados de Guerreiro Ramos, que descortinou as vantagens e as artimanhas vivenciadas e efetivadas por essa elite:

Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. (RAMOS: 1957, p. 193)

Dentre as estratégias para manter suas vantagens socioeconômicas inabaladas, além de preservar as benéficas da brancura, a elite construiu, e ainda constrói, narrativas que conservam uma extensa rede de apoio, solidariedade e interesse de inserção em seu escopo social. São narrativas que criam uma divisão entre os não brancos e brancos, pertencentes a classes sociais inferiores e emergentes, que alienados, negam suas próprias características raciais, econômicas, culturais e intelectuais, na ânsia de se perceberem membros ou serem aceitos nesse grupo de convívio, que é restrito a uma minoria, quase que hegemonicamente, branca.

Apesar de ter escrito isso na década de 1950, do século XX, a discussão sobre a brancura, hoje definida como branquitude, a alienação social e o racismo brasileiro, apresenta algumas permanências, que nos fazem questionar até que ponto evoluímos ou não.

Um momento de perplexidade e polêmica, quanto a esta questão, ocorreu em janeiro de 2022, com a publicação de um artigo de opinião, assinado pelo antropólogo baiano Antonio Risério, publicado no dia 15, no jornal Folha de São Paulo, intitulado “Racismo brasileiro de negro contra brancos ganha força no identitarismo: sob discurso antirracista, o racismo negro se manifesta por organizações *supremacistas*”<sup>1</sup> <sup>2</sup>. Uma das máximas proferidas no texto diz o seguinte: “Todo o mundo sabe que existe racismo branco antipreto. Quanto ao racismo preto antibranco, quase ninguém quer saber. Porém, quem quer que observe a cena racial do mundo (leia-se Estados Unidos)<sup>3</sup> vê que o racismo negro é um fato”.

Uma chuva de manifestações contrárias e a favor dos argumentos do autor, escritas por intelectuais, estudantes, advogados, arquitetos, jornalistas, artistas e militantes, dentre outros, movimentaram as redes sociais por alguns dias. Duas centenas de jornalistas do próprio veículo assinaram uma carta aberta à direção do jornal, questionando a postura complacente ao racismo

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.

<sup>2</sup> O artigo citado está disponível em: <https://pt.scribd.com/document/593452077/Antonio-Riserio-Racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo#>. Ele serviu como base para justificação da discussão proposta em torno da atualidade de Guerreiro Ramos.

<sup>3</sup> Observação nossa.

do periódico, ao dar voz à pessoas (todos homens brancos) como Leandro Narloch e Demétrio Magnoli, embora o estopim tenha sido o texto de Risério, o qual, com evidências de falta de investigação, conduta científica, ou mesmo boa fé na abordagem de um tema tão caro para a sociedade brasileira, pinça exemplos fora de contexto, para afirmar a existência de racismo reverso. Para além dos jornalistas da Folha, inúmeras pessoas repudiaram, questionaram, expuseram as controvérsias contidas no texto, bem como as alianças intrínsecas ao contexto daquela publicação.

O artigo de Antonio Risério é composto por 37 pequenos parágrafos, onde busca comprovar sua tese citando episódios ocorridos nos EUA, sem problematização nem o mínimo de rigor acadêmico. Sua principal referência é o livro de William McGowan “*Coloring the news: how political correctness has corrupted american journalism*”, que só pelo título já deixa evidente o teor racista que atravessa a obra. Marcado por frases de efeito, como “Ninguém precisa ter poder para ser racista”; “Não devemos fazer vistas grossas ao racismo negro, ao mesmo tempo que esquadrimos o racismo branco com microscópios implacáveis”, o autor se esforça para inverter a realidade, denunciando os Movimentos Negros como supremacistas, ao passo que relativiza e minimiza, quando não põe dúvida ao racismo dos brancos contra negros e demais povos, como é o caso dos EUA, que racializa todas as pessoas que julgam “menos humanos”.

O que observamos é que Risério tenta deslegitimar uma necessária estratégia de sobrevivência e resistência contra o racismo, que é o identitarismo. Seu texto é frágil, de qualidade duvidosa, daquele jeito que os negacionistas se inspiram. Só para termos uma ideia, o autor coloca o racismo de “brancos contra negros” como algo que ficou no passado, ao afirmar que “a visão atualmente dominante, marcada por ignorância e fraudes históricas, quando não pode negar o racismo negro, argumenta que o *racismo branco do passado* desculpa o racismo preto do presente”. E antes que digam que a frase foi tirada de contexto, esclarecemos que, como é próprio de um texto raso, independente do restante da escrita, a frase encerra-se em si mesma, com uma conclusão que não deixa nenhuma sombra de dúvida: o racismo branco está no passado.

Num momento de acirrada disputa eleitoral presidencial e estadual<sup>4</sup>, a Folha de São

---

<sup>4</sup> Esse momento foi marcado pela revisão da Lei 12. 711 (conhecida como a Lei das Cotas), que desde o início sofreu rejeição por representantes da elite e da classe média, que negam a existência do racismo racial no país. O deputado federal por São Paulo, Kim Kataguiri (DEM-SP), propôs em 2021, uma mudança na lei que retirasse o critério racial e o substituisse pelo critério social. Ou seja, a proposta desse deputado, o fortalecimento das ideologias extremistas em São Paulo, a perseguição aos partidos de esquerda e o artigo de Risério tem referência naquilo que a elite paulista quer repassar e preservar. Além disso, chama a atenção a carta aberta publicada em

Paulo foi um dos instrumentos utilizados para atacar, as lutas das minorias sociais, incluindo a luta dos negros, invertendo a ordem de valores e benefícios, ao afirmar que os brancos estavam sendo oprimidos e perseguidos pelos negros, numa sociedade dominada pelo “racismo reverso”. Assim como os críticos apontados por Guerreiro Ramos, como rasos, acríticos e desconhecedores do fazer científico, o texto de Risério é marcadamente, superficial, abstrato, inverídico; baseado em dados extraídos de realidades alheias ao Brasil. Ou seja, assim como na década de 1950, Risério utilizou dados e teorias importadas para descrever uma fictícia realidade racial brasileira, existente apenas em sua imaginação, mas condizente com aquilo que a elite pensa e deseja propagar.

Dessa forma, o texto de Risério, apesar de seus argumentos frágeis e ilusórios, serviu para estimular a retomada de uma discussão racial, que vitimiza o opressor e marginaliza o oprimido. Ou seja, o privilégio do ser branco, mais uma vez, foi camuflado e defendido pela minoria por ele assistida, com o apoio de uma maioria alienada, acometida daquilo que Guerreiro Ramos chama de patologia social do branco.

Essa discussão retomada a partir do texto de Antonio Risério e da conjuntura política nacional, assim como os debates em torno da vigência da Lei 12.711, de 2012 (conhecida como Lei da Cotas), nos mostram a preservação da face arcaica de alguns intelectuais brasileiros ao tempo em que confirmam a atualidade das discussões de Guerreiro Ramos. O conservadorismo e o racismo presentes no texto de Risério instigou a elaboração de vários outros artigos de opinião por diversas personalidades (intelectuais acadêmicos, artistas, políticos, militantes, etc.), a exemplo de “Resposta a Risério”, escrito por Lia Vainer Schucman e Mônica Mendes Gonçalves e “Finalmente um Antonio Risério para unir a esquerda e a direita”, escrito por Gabriel Nascimento; ambos publicados no Portal Geledés, que o contestaram apontando as deficiências encontradas em sua narrativa. Contudo, o que nos chamou atenção nessas vozes contrárias, foi a ausência de Guerreiro Ramos entre os pensadores evocados para refutar os rasos argumentos de Risério, mesmo Ramos, como o primeiro intelectual brasileiro a embasar sua crítica ao racismo a partir da tese da “patologia da brancura”, tendo argumentos contundentes que desmontariam facilmente a rasa explanação e alegação propostas por Risério.

O silenciamento imposto a Guerreiro Ramos nos intrigou e nos incentivou a buscar seu

---

defesa de Risério, assinada por intelectuais antropólogo como Roberto DaMata e Luiz Mott, homens brancos ou bem clarinhos, além do vereador de São Paulo, Fernando Holiday, um dos raríssimos negros presentes na lista, que contou com 700 assinaturas.

nome em outros textos, inclusive naqueles mais consultados e referenciados pelos pesquisadores atuais que se dedicam a pesquisa sobre a temática étnico-racial, principalmente no campo da história, a exemplo de Lília Schwarcz, em “O espetáculo das raças” (1993); enquanto verificamos que contemporâneos de Ramos, criticados por causa do teor racista de suas obras, a exemplo de Gilberto Freyre e Nina Rodrigues, são constantemente citados nos escritos sobre as questões raciais no Brasil. A partir dessa percepção, elaboramos duas questões: 1. O que explica o apagamento de Guerreiro Ramos nos estudos raciais produzidos no Brasil na atualidade? 2. Seria Guerreiro Ramos um intelectual cancelado nas discussões raciais da atualidade?

A busca por tais respostas nos conduziu a um breve estudo bibliográfico de obras dedicadas à temática étnico-racial no Brasil, no qual analisaremos algumas entre as mais citadas até artigos menos conhecidos, mas de importância singular para nossa discussão, com o objetivo de apontar a relevância de Ramos para tais escritos, ainda que não tenha sido citado. É esse exercício que tentaremos fazer nas próximas linhas.

## **2. A crítica sociológica e brancura em Guerreiro Ramos**

Guerreiro Ramos influenciou o pensamento sociológico em várias partes do mundo, a partir da defesa de uma construção crítica científica que priorizasse o contexto local, a realidade nacional. Por isso, defendia a elaboração de teorias que atentassem para as especificidades de cada povo, cada região e cada sociedade. E, foi isso que o levou a estudar as relações raciais no Brasil, sem perder de vista a crítica e autocrítica científica, uma vez que acreditava que esses estudos deveriam ser realizados a partir da investigação do contexto histórico e social brasileiro, e não apenas através da adequação de teorias importadas à nossa realidade.

Para ele, “a compreensão objetiva de uma sociedade nacional é resultado de um processo histórico” (Ramos, 1957, p. 17). Portanto, a discussão sobre o conhecimento das realidades histórico-sociais não pode ser vista como algo objetivo, pronto e acabado, distante das perspectivas e percepções de mundo dos pesquisadores. A tomada dessa consciência seria o passo inicial para a construção de uma autonomia sociológica crítica, que inibiria a reprodução fiel de teorias europeias impostas à compreensão da realidade local. É isso que leva Guerreiro Ramos a afirmar:

Ora, os nossos sociólogos têm adotado os sistemas sociológicos europeus em suas formas terminais e acabadas e, na medida em que isto acontece, não os compreendem cabalmente, para tanto lhes faltando suportes vivenciais e, muitas vezes, o conhecimento da gênese histórica destes sistemas. (Guerreiro Ramos, 1957: p. 24).

Dessa forma, ele credita a dificuldade na criação de uma sociologia brasileira à

inexistência de organização para essa construção a partir de bases próprias, o que requer articulação e trabalho contínuo. Por isso, Guerreiro Ramos já afirmava, em 1950, que vencer essa barreira não seria algo impossível, bastando apenas aos sociólogos perceberem e entenderem a realidade local, e a partir dela, fazer uma análise das teorias externas, vendo o que poderia e o que não poderia ser aproveitado para o entendimento dessa realidade. Em suma, o que se combatia, e ainda se combate, era a cópia acrítica e irrestrita das teorias e sua imposição às sociedades coloniais. Ou seja, não se combatia as teorias importadas, e sim o modo inadequado como elas eram utilizadas pelos pensadores nacionais.

A fim de evitar ser mal interpretado, Guerreiro Ramos deixou evidente que não almejava a criação de uma nova ciência, uma vez que a ciência é universal, por se tratar de um método de pensar, corretamente, os fatos (Guerreiro Ramos, 1957: p. 25). O que ele defendia era a percepção das diferenças entre as sociedades - seus temas e seus problemas -. Portanto, o método não precisava ser diferenciado; o contexto que precisava ser analisado. Tratava-se, então, de uma historicização do pensamento sociológico, um refinamento científico.

Em resumo, o que Guerreiro Ramos pretendia era uma sociologia que tivesse como base a busca pelo conhecimento da realidade nacional, sua interpretação genuína, ou seja, sem preocupação com a adequação da realidade brasileira às teorias elaboradas em contextos externos a ela. Como afirma este autor, “sem a disposição para empreender a sua autocrítica, a sociologia no Brasil não poderá realizar a sua tarefa essencial – a de tornar-se uma teoria militante da própria realidade nacional” (Idem, p. 26).

Além de criticar a sociologia brasileira, ele também responsabilizava as agências econômicas, que aliadas a determinados profissionais científicos, investiam em investigações temáticas pouco relevantes, o que mantinha a sociedade alienada ao tempo em que preservava a estrutura social e econômica do país. Dessa forma, temáticas importantes, problemas contemporâneos ou ainda temas estéticos foram escanteados, superficializados, ignorados e, até mesmo, esquecidos.

Para Guerreiro Ramos (1956), de acordo com o capítulo “crítica e autocrítica”, a crítica realizada no Brasil era determinada pela estrutura econômica e social do país, assentada em contradições que não podiam ser superadas, pois a estrutura não suportaria as consequências da exposição dessas contradições. Por isso, era uma crítica impressionista, superficial, alicerçada em formalismos, alienada, inautêntica e vazia de conteúdos significantes. Dessa forma, qualquer um

poderia falar sobre todo e qualquer tema, não necessitando ser especialista para desempenhar uma tarefa investigativa.

Porém, as modificações estruturais que estavam ocorrendo na economia nacional estavam provocando mudanças também em outras áreas das relações sociais, ou seja, a superestrutura, impulsionada pelo fator econômico, estava passando por transformações, e foi isso que permitiu a criação de uma teoria sociológica autêntica, capaz de reconhecer a complexidade e a diversidade do povo brasileiro, especialmente a questão racial e as análises sobre a branquura.

A fim de comprovar suas teorias, Guerreiro Ramos (1956) analisou os estudos de diferentes autores, destacando os pontos positivos e negativos de cada obra. Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, todos empenhados em descrever a situação do negro na sociedade brasileira, tiveram suas obras discutidas por Guerreiro Ramos. Em quase todas, o elemento negro era descrito como inferior, algo a ser resgatado pela miscigenação, através da qual prevaleceria a forma branca. Outros viam a miscigenação como uma degeneração, aquilo que deveria ser evitado. Para Guerreiro Ramos, esses teóricos eram representantes e porta-vozes de uma antropologia racista, fruto de seu tempo, que atribuía inferioridade ao negro e ao mestiço. Mas, mesmo tendo a percepção de apontar as discrepâncias de cada obra, Guerreiro Ramos conseguia pontuar as utilidades de cada uma das abordagens.

Nesse ponto, ele também consegue demonstrar como um ideal de população foi construído, tendo como parâmetro o elemento branco e como isso foi sendo, sutilmente, introduzido na sociedade. Dentre os comportamentos destacados está o casamento e a opção por cônjuges de cor clara, num movimento de afastamento das influências e da convivência com pessoas de pele negra; postura percebida tanto entre indivíduos negros como entre brancos. Essa opção de relacionamento com pessoas mais claras, para as retintas poderia ser a redenção, enquanto que para as “clarinhas” era uma forma de se manterem distantes das pessoas de cor e tudo o que elas significavam. Essa perspectiva não dá margem a dúvidas sobre a presença do preconceito de cor no Brasil.

Apesar de fazer essa análise, Guerreiro Ramos aproveita para chamar a atenção sobre outra questão que não se podia ignorar, e que será analisado por outros estudiosos posteriormente, que foi a elaboração do negro enquanto temática. Todos esses trabalhos de



pesquisa têm o negro como tema e como problema. Ou seja, como indivíduo estranho a sociedade, não pertencente a ela, portanto, algo que deva ser problematizado.

NINA RODRIGUES, OSCAR FREIRE e ARTHUR RAMOS e esses Congressos ilustra com nitidez o que, no domínio das ciências sociais e da crônica histórica, se chamou, entre nós, de «o problema do negro». Para o propósito que me inspira, neste estudo, não distingo aqueles escritores de outros como Debret, Maria Graham, Rugendas, Koster, Kidder, Manoel Querino, Roger Bastide, Gilberto Freyre e seus imitadores. Há, certamente, entre eles, diferenças de método, de técnica científica. Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário. (GUERREIRO RAMOS, 1957: p. 148)

Nesse momento, Guerreiro Ramos questionou a ideia de negro como tema e problema, ao afirmar que essa tentativa de distinção e exotização da cultura, do comportamento e da existência do negro era uma demonstração da discriminação existente na estrutura social brasileira. Para ele, só existe problema naquilo que é considerado anormal, discrepante de um modelo ideal. Por isso, “o negro é tema, é assunto, é objeto de registro, no Brasil em todas as situações” (Idem, p. 149). Esse interesse não podia ser explicado através de elementos qualitativos e sim quantitativos, portanto,

Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência. (Idem, p. 149/150)

A percepção da existência da discriminação racial impulsionou a elaboração de estratégias de resistência da população negra, que perpassou por vários aspectos, inclusive o estético. Foi preciso entender que os valores estéticos são inerentes à cultura que o elabora, ou seja, uma comunidade de indivíduos brancos estabelece ideais de beleza pautados no modelo de pessoas brancas.

As categorias da estética social nas culturas autênticas são sempre locais e, em última análise, são estilizações de aspectos particulares de circunstância histórica determinada. Tais categorias são assimiladas pelo indivíduo na vida comunitária. Aprende-se a definir o belo e o feio por meio da convivência cotidiana, do processo social. Cada sociedade, na medida em que se conserva dotada de autenticidade ou de integridade, inculca, em cada um de seus membros, pela aprendizagem, padrões de avaliação estética, os quais reforçam as suas particularidades. Cada sociedade alcança, assim, a sua própria sobrevivência, enquanto, pelos seus mecanismos institucionais, consegue fazer cada indivíduo identificado com a sua moldura histórica e natural. (Idem, p. 152)

Dessa forma, a prevalência de padrões de beleza brancos deve ser explicada através do processo de europeização do mundo, que ocorreu com a expansão colonial. A cultura ocidental impôs sua estética social aos povos não-europeus, elaborando um padrão estético exógeno. Isso

explicaria porque muitos negros rejeitaram sua condição racial e tentaram a todo custo se aproximar dos caracteres fenóticos do indivíduo branco, inclusive no Brasil, onde

O brasileiro, em geral, e, especialmente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentes étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste. Isto é verdade, tanto como referência ao brasileiro de cor como ao claro. Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se, aqui, de um caso de alienação que consiste em renunciar à indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior. (Idem, p. 153).

A rejeição da estética negra foi, firmemente, problematizada por Guerreiro Ramos, que atribuiu a alienação essa postura por parte dos próprios negros. Em relação aos estudos sociológicos e antropológicos que compactuaram com essa ideia, ele atribuía ausência de caráter científico, além de defender aquilo que chamou de ideologia da brancura ou da claridade. Essa consiste em apresentar a herança cultural europeia como superior, o que perpassa pelo padrão de estética social. Ele afirmava ainda que [...] no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio (GUERREIRO RAMOS, 1957: p. 159).

Nas condições iniciais da formação do nosso país, a desvalorização estética da cor negra, ou melhor, a associação desta cor ao feio e ao degradante afigurava-se normal, na medida em que não havia, praticamente, pessoas pigmentadas senão nas posições inferiores. Para que a minoria colonizadora mantivesse e consolidasse sua dominação sobre as populações de cor, teria de promover no meio brasileiro, por meio de uma inculcação dogmática, uma comunidade linguística, religiosa, de valores estéticos e de costumes. (Idem, p. 174/5)

Isso só mudaria com a conscientização do branco e do negro culturalmente embranquecido por sua alienação. Também impactaria na construção da sociologia científica ao abrir o leque para possibilidades, invisibilizadas pelo olhar europeizado, de orgulho da negritude em todas as suas nuances, inclusive a estética. Exigiria estar disposto a perceber que nem todos desejavam ser brancos ou admiravam a estética e a cultura branca; significaria, também, problematizar a organização social brasileira, entendendo que o negro é o povo brasileiro, e não um ser exótico, anormal, anedota muito menos um componente estranho.

Dessa forma, se fazia necessário elaborar uma visão legítima e positiva da estética negra, que fosse capaz de demonstrar sua valorização ao tempo em que questionasse a supervalorização do privilégio branco. Se fazia urgente contestar o privilégio da brancura, e assim, colaborar para o processo de reeducação dos brancos, “libertando-os de critérios exógenos de comportamento” (Idem, p. 163).

Para finalizar sua análise, Guerreiro Ramos mostrou como o comportamento do branco brasileiro podia ser considerado patológico. Ele inicia afirmando que o negro apresentado nos estudos é completamente diferente da vida real do negro, portanto, uma coisa era o negro-tema outra era o negro-vida. O primeiro seria um traço da realidade nacional, mumificado de acordo ao interesse do pesquisador; outra coisa, era a vida do negro, dinâmica, peculiar, autônoma, construída dentro das brechas deixadas ou conquistadas numa sociedade excludente e, duramente, racializada.

Porém, antes de apresentar a reação do negro brasileiro, Guerreiro Ramos mostrou que a espoliação, promovida pela minoria dominante de origem europeia, foi garantida não somente através do uso da força, da violência, mas também do “sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica”. A excelência da brancura e a consequente degradação da estética negra era um dos suportes psicológicos dessa espoliação (Idem, p. 175).

As consequências dessa imposição psicológica é o que ele define como patologia, uma vez que muitos negros se autodeclaravam brancos, negando, para si antes de negar para a sociedade, sua estética e sua condição étnica. Na ânsia de se afastar do negro e se aproximar do ideal branco, o brasileiro pigmentado demonstrava, de diferentes maneiras, o quanto achava degradantes as características físicas e culturais dos não-europeus. São observações que “[...] servem para sublinhar a patologia social do branco brasileiro. Grifo a palavra branco, pois que o nosso branco é, do ponto de vista antropológico, um mestiço, sendo, entre nós, pequena minoria o branco não portador de sangue preto” (Idem, p. 180).

Por isso, muitos negros tentaram camuflar suas origens raciais, seus traços étnicos, aquilo que os inferiorizariam perante si e a sociedade, ao tempo em que afirmavam pertencer ao grupo branco, minoritário no país. Esse fenômeno era comum ao país, mas ocorria com maior intensidade nas regiões norte e nordeste, com destaque para a Bahia. “As minorias “brancas” destes estados, de longa data, têm mostrado tendência para não se identificar com a sua circunstância étnica imediata. Sentem-na como algo inferiorizante e, por isso, lançam mão, tanto quanto podem, de recursos que camuflam as suas origens raciais” (Idem, p. 181).

Voltando ao que seria a patologia social do branco brasileiro, pode-se dizer que ela acomete grupos e indivíduos, psicologicamente em conflito, que rejeitam sua raça ao se perceber inferiorizados, não apenas externamente, mas principalmente internamente. Através dessa

negação, elas buscam aceitação social e sua consequente inserção no contingente que o repele, e ao qual, mesmo assim, desejam pertencer. Para tanto, buscam semelhanças, mesmo que mínimas, que possam justificar sua pertença (vestimentas, joias, nome, estilo linguístico, decoração de casa, bairro ou região de moradia). Nesse momento, Guerreiro Ramos estabelece um novo conceito, ao definir esse tipo de comportamento como sendo um protesto racial.

Mesmo reconhecendo os motivos desse protesto, Guerreiro Ramos criticou a postura dessas pessoas que se declaravam brancas, e que buscavam a europeização a qualquer custo, por isso a definição como patologia, doença psicológica de autonegação. Mas, a sua crítica não se restringiu aos brasileiros pigmentados, pois não se intimidou em apontar os outros responsáveis pelo surgimento dessa patologia ao afirmar que “o caráter patológico do protesto racial do «branco» brasileiro é evidente, levando-se em conta aspectos estruturais de nossa sociedade, em nossos dias” (Idem, p. 186).

Apesar de todas as barreiras sociais, não se pode negar que alguns negros ascenderam e entraram em espaços sociais, antes negados, associando-se a uma pequena parcela branca da sociedade, fator que provocou ou ampliou as preocupações em torno da explicação acerca da miscigenação como o processo responsável pela modificação do perfil étnico brasileiro, o que transforma o Brasil numa nação mestiça.

Todas essas transformações ocorridas na estrutura (infra e super) brasileira deslegitimavam a manutenção da ideologia da brancura, posto que sua manutenção atrapalharia o amadurecimento psicológico do brasileiro e enfraqueceria a integração social dos grupos que compunham a sociedade nacional. Portanto, não tinha porque a persistência de tal patologia, num cenário de transformação na infraestrutura, que já estaria provocando modificações na superestrutura social.

Lógico, a mudança proposta não aconteceria de forma imediata, nem se limitaria a apenas um processo de reeducação e esclarecimento. Ela dependeria da construção de novas memórias e novas tradições; tradições oriundas das novas dinâmicas e das novas condições de vida do brasileiro.

Para tanto, não se podia esquecer que “foi uma minoria de «brancos» letrados que criou êsse «problema», adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas” (Idem, p. 192). Foi o branco que impôs sua concepção de mundo aos povos colonizados, definindo a brancura como símbolo e modelo de beleza, de superioridade e de

perfeição; enquanto atribuía aos outros grupos características pejorativas, como feiura, inferioridade e imperfeição.

Somente tendo essa consciência que poderíamos nos permitir, enquanto sociedade, a ver o negro sem a interferência do ideal branco, ver o negro a partir da estética do negro, percebendo sua beleza, sua inteligência, sua perfeição. Mas, que isso, era necessário ao negro reconhecer a sua autenticidade; autenticidade que

[...] para o negro significa idoneidade consigo próprio, adesão e lealdade ao repertório de suas contingências existenciais, imediatas e específicas. E na medida em que ele se exprime de modo autêntico, as versões oficiais a seu respeito se desmascaram e se revelam nos seus intuitos mistificadores, deliberados ou equivocados. O negro, na versão de seus «amigos profissionais» e dos que, mesmo de boa-fé, o vêem de fora, é uma coisa. Outra é – o negro desde dentro (Idem, p. 198/9).

A obra de Guerreiro Ramos, “Introdução crítica à sociologia brasileira” é um marco da sociologia brasileira, e inaugurou, em muitos aspectos, a forma como os cientistas sociais deveriam perceber o negro no Brasil. Indo na contramão do que era comum à época, este autor questionou o fazer sociológico, problematizando a estrutura da sociedade brasileira, mostrando que a sociologia do negro brasileiro foi condizente com aquilo que era defendido pela classe dominante, que não percebia, e nem o queria, a situação real do negro no país. E, por esta postura crítica, bem como pela sua atuação política, Guerreiro Ramos foi durante muito tempo, ignorado nos meios políticos e intelectuais do país, tendo sido obrigado a buscar alternativas de vida e trabalho em outros países. Um desprezo que perdurou por muitos anos, mas que vem sofrendo alterações nos dias atuais, pois embora grandes referências ainda o silenciem, nas produções mais recentes já é possível verificar a presença do seu pensamento sendo proveitosamente referenciado, notadamente a partir da segunda década do século vigente, embora, ainda seja pouco aproveitado/valorizado pela academia, de uma forma mais ampla.

### **3. As discussões atuais sobre a questão racial no Brasil: Guerreiro Ramos, presente?**

Talvez o estudo mais referenciado na atual historiografia nacional seja “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930”<sup>5</sup>, de Lília Moritz Schwarcz. Foi

---

<sup>5</sup> Grifo nosso para destacar a consonância entre as épocas estudadas da autora de “O espetáculo das raças” e a historicização das ciências sociais no Brasil, referidas por Ramos. Ramos e Schwarcz buscam entender o mesmo período, a partir de um mesmo ponto, que é a teorização da realidade nacional. Uma teorização historicizada observando-se as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais vividas no país de então, ou seja, a partir de 1870 estendendo-se até 1930; politicamente orientada pelo Manifesto do Partido Republicano de 1870, pelo Movimento Positivista, por Sylvio Romero e sua sociologia da sociedade republicana, pelos ideólogos da ordem e

publicado pela primeira vez em 1993, sendo reimpresso mais oito vezes desde então, é uma obra importante por ser uma das mais lidas e citadas pelos pesquisadores em seus estudos, mas também por se propor a problematizar o pensamento racial brasileiro. Segundo a própria autora, o desafio consiste em “refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país” (Schwarcz, 2008: p. 19). Seu texto faz referência tanto a autores citados por Guerreiro Ramos, a exemplo de Frans Boas, Euclides da Cunha, Durkheim, Silvio Romero e Nina Rodrigues, quanto a contemporâneos a ele, como Nelson Werneck Sodré e Dante Moreira Leite.

O que chama a atenção é o fato de Werneck Sodré e Moreira Leite possuírem argumentos semelhantes aos de Guerreiro Ramos no que tange as críticas feitas aos teóricos e as escolas anteriores a implantação das universidades no Brasil, pois também percebiam os intelectuais coloniais como meros “criadores de cópias inautênticas, reprodutores de modelos que se refeririam a realidades, por essência, díspares a nossa” (Idem, p. 15). Apesar dessa semelhança, Schwarcz não faz nenhuma menção a Guerreiro Ramos, cujas ideias contundentes, reclamavam a necessidade de teorização da realidade nacional a partir das experiências locais.

Além disso, este autor questionou o próprio fazer científico desse período, marcado pela superficialidade e pela ausência de criticidade além da fidelidade aos teóricos e as teorias importadas da Europa e dos Estados Unidos. Os autores citados por Schwarcz, assim como Guerreiro Ramos, analisaram a questão racial no país, a atenção dispensada ao negro brasileiro, as discordâncias em relação à mestiçagem e a construção da ciência e das instituições. Isso significa que o nosso autor também teria muito a contribuir com as reflexões de Schwarcz, por isso a indagação: por que os trabalhos desenvolvidos por Guerreiro Ramos não foram relacionados na obra escrita por Schwarcz?

Na mesma perspectiva, Maria Aparecida Silva Bento, uma das mais citadas estudiosas sobre branquitude no Brasil, buscou em “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”<sup>6</sup>, compreender como se dá a reprodução das desigualdades raciais nas relações de trabalho, sendo a branquitude apontada como um elemento

---

do progresso, pela revolução da classe média e pelo movimento de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas e da Aliança Liberal.

<sup>6</sup> Tese de doutoramento apresentada à USP, em 2002, que lhe conferiu expressiva notoriedade nos meios acadêmicos.

oculto que interfere na ação dos gestores. Considerando que Guerreiro Ramos é um dos pioneiros em problematizar a brancura (a patologia, o protesto do branco brasileiro), Bento não cita nosso autor em nenhum momento da sua importante tese, embora, assim como Schwarcz, também cite Nina Rodrigues e Gilberto Freyre. Observemos que suas argumentações encontram forte ressonância nas ideias de Guerreiro Ramos, como podemos verificar no fragmento que segue:

O que se pode observar é que, na questão racial brasileira, não é coincidência o fato de que os estudos se refiram ao “problema do negro brasileiro”, sendo, portanto, sempre unilaterais. Ou bem se nega a discriminação racial e em função de uma inferioridade negra, apoiada no imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios. (Bento, 2002: p. 46)

Observemos como as ideias de Bento encontram lastro na teoria de Guerreiro Ramos, primeiro autor a refletir criticamente como a sociologia brasileira trata o problema do negro, “Descortino, portanto, no Brasil, de um lado, um ‘problema do negro’ tal como é colocado pelos profissionais de sociologia e, de outro lado, um ‘problema do negro’, tal como é efetivamente vivido” (Ramos, 1956, p. 157); assim como a apontar a necessidade dos estudos sobre raça abordarem também os brancos, e é o que ele faz com a tematização da patologia da brancura, como já vimos acima.

Dito isso, questionamos mais uma vez, por qual motivo, Cida Bento, uma das primeiras estudiosas a trazer para a atualidade a questão da branquitude, não cita o precursor dessa perspectiva sociológica?

Em contrapartida, refletindo sobre o mesmo tema, Lia Vainer Schucman reconhece a importância de Ramos para a ciência social brasileira, bem como para a maneira como a questão racial deveria ser vista no Brasil, ao refletir sobre a construção da branquitude paulistana<sup>7</sup>:

Este aspecto que tanto Fanon (1980) quanto Memmi (2007) apontam como características das reações entre colonizados e colonizadores, entre brancos e negros, também foi discutido pioneiramente no Brasil pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, que introduziu pela primeira vez no Brasil uma perspectiva que aponta as consequências do racismo e da ideologia do branqueamento para o próprio branco brasileiro. (SCHUCMAN, 2012: p. 21).

A autora compreende o artigo intitulado “A patologia Social do branco brasileiro” como

---

<sup>7</sup> O título completo da tese é “Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo”, 2012.

tese que inaugura tal reflexão, bem como credita ao autor a primazia nas críticas aos estudos sociológicos e antropológicos brasileiros, verificando que além disso, estes estudos, que trazem o negro como tema são também expressões da “patologia social do branco brasileiro”. Assim, Schucman, faz abundantes referências à Ramos em sua tese, creditando ao autor o destaque merecido pelo seu pioneirismo e suas importantes contribuições aos estudos das ciências sociais e a questão racial no Brasil.

Nessa mesma linha, o artigo escrito por Camila Moreira, “Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro”, publicado em 2014, faz uma análise sobre os conceitos de branquitude e branquidade, negritude e negridade<sup>8</sup>, problematizando sua criação, contextualizando-os historicamente. Dentre os vários intelectuais citados, Guerreiro Ramos é apresentado como tendo sido o precursor, no Brasil, na discussão acerca do privilégio branco na sociedade nacional e como isso interfere e impacta na condição de vida dos não brancos. Ela afirma ainda, que o termo *brancura*, utilizado por Guerreiro Ramos, equivale a expressão *branquitude*, que é mais atual, mas que se propõe a fazer o mesmo debate sobre os privilégios e o ideal de perfeição associado ao homem branco. Ela traz vários autores, que assim, como Guerreiro Ramos, mostram as estratégias da sociedade racista, que coloca o negro em evidência ao tempo em que trabalha nos bastidores para manter intocáveis as vantagens e os favorecimentos dos descendentes de europeus. Seria um pacto silencioso acordado entre brancos para brancos.

Outro que cita Guerreiro Ramos é Vron Ware em seu estudo sobre branquidade, realizado em alguns locais do Brasil, Estados Unidos e África do Sul. Nesse artigo, Ware problematiza a racialização dessas sociedades e como elas reagiram aos movimentos negros que questionaram a supremacia branca e a consequente inferiorização do negro. Na verdade, trata-se de uma discussão que busca analisar a percepção de teóricos sobre a *brancura* em determinados

---

<sup>8</sup> Camila Moreira discute e apresenta diversos estudos sobre os conceitos de *brancura*, *branquidade* e *branquitude* e conclui que eles são sinônimos, pois se propõe a mostrar práticas internalizadas pelos brancos que demonstram privilégio, ideia de superioridade e um lugar de vantagem na estrutura social, responsáveis por tornar o modelo branco como ideal a ser seguido. Ela também cita o estudo realizado por Edith Piza, que propõe uma nova percepção sobre *branquitude*, sendo essa uma possibilidade de negação do branco de sua suposta superioridade; dessa forma, ele tomaria consciência de sua *branquidade* e passaria a combater práticas racistas e negar seus privilégios no interior do universo branco. Em suma, a *branquitude* seria uma superação da *branquidade*. Na outra ponta, *negritude*, seria a conscientização da raça negra; um movimento de reparação dos valores culturais e individuais do povo negro; enquanto que *negridade* seria a aceitação do negro no mundo dos brancos através da negação de sua origem étnica e do comportamento ditado e aprovado pelos brancos. De qualquer forma, tudo ainda gira em torno da *branquitude*, pois que se firma na invisibilização do privilégio branco e tematização do negro.



contextos, sendo aqui no Brasil resgatada a obra “A patologia social dos brancos brasileiros”, escrita por Guerreiro Ramos e publicada em 1957. Ao contrário da atenção dispensada a outros autores citados, Ware não deu muita importância ao texto de Guerreiro Ramos, apenas citando-o como um intelectual que precisa ser buscado quando se pretende discutir branquitude no cenário brasileiro.

Por fim, Lourenço Cardoso, que investiga branquitude desde 2008, quando da defesa de sua dissertação de mestrado intitulada “O branco ‘invisível’: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre a relações raciais no Brasil (1957-2007)”. Desde então, esse intelectual imprime a atualidade de Guerreiro Ramos, tendo-o como principal referência em seus estudos, a exemplo do artigo “O branco não-branco e o branco-branco”, publicado já em 2020, onde se propõe a fazer uma historicização do branco brasileiro desde a sua formação ainda em Portugal, uma nação já miscigenada em sua origem. Ele afirma que o branco brasileiro tentou se distanciar do branco português por este ser considerado por alguns povos da Europa como um branco enegrecido ou ainda um branco não branco, fruto da miscigenação com diferentes povos não ocidentais. Fazendo uma descrição sobre o branco, ele mostra como o branco constrói sua percepção a partir do outro, ou seja, ele não vê a si a partir de seus padrões, mas a partir de padrões estabelecidos para o outro, taxado como diferente. Dito de outra forma, “o branco se enxerga pelo contraste daquilo que ‘NÃO É’” (Cardoso, 2020: p. 67). Continua ainda, “a cegueira a respeito de si e a distorção a respeito do Outro são o que o negro ambiciona quando deseja ser branco” (Idem, p. 67). O branco cria para si um sistema de invisibilização e, consequentemente, a super-exposição do outro. Por isso, aqui no Brasil, muitos desejavam ser brancos e quando brancos, queriam ser brancos-brancos, como bem demonstrou Guerreiro Ramos.

Outros/as importantes estudiosos/as das questões raciais na atualidade, a exemplo dentre outros, de Gislane Aparecida dos Santos, em “A invenção do Ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros” (2002); José d’Assunção Barros, em “A construção Social da cor” (2009) e Nima Lino Gomes, em “O Movimento Negro educador” (2021) – que chega a citar Abdias Nascimento e o Teatro Experimental do Negro, mas nenhuma linha sobre Ramos –; poderiam tê-lo como importante e elucidativa referência para suas obras, mas não consideraram suas contribuições. Por outro lado, Silvio Almeida, Sueli Carneiro, Antonio Sérgio, dentre outros/as, reconhecem-no como precursor da sociologia crítica do Brasil, bem como sua autoridade e precedência nos estudos étnicos a partir da realidade

nacional/regional e da problematização da ideologia da brancura: “A primeira voz dissonante que emerge nessa arena discursiva é Guerreiro Ramos que reivindica o lugar de sujeito na reflexão desse campo, a partir da situação de pertencimento à racialidade subalternizada” (Carneiro, 2005, p. 53).

#### **4. Conclusão (in) conclusa**

A ciência brasileira é uma potência, mas ainda não acredita nisso e a prioridade na escolha por autores estrangeiros é um exemplo dessa afirmação. Observando alguns editais de seleção para pós-graduação em cursos da área de Humanas, em diferentes estados do Brasil, verificamos que a maior incidência de referências indicadas para preparação dos/as candidatos/as é de autores estrangeiros em detrimento dos brasileiros; Tais cursos parecem ainda estar ambientados nos anos 50 do século passado, alheios às críticas feitas por Ramos. Talvez esse seja um dos motivos da sua ausência em importantes obras nacionais. No entanto, afirmamos a sua importância intelectual e sociológica para a ciência brasileira. Em muitos aspectos, suas discussões, além de legítimas, foram pioneiras ao apontar as inconsistências sociais e econômicas entre brancos e negros no Brasil.

Numa breve revisão da sua obra, verificamos como sua escrita impactante contribuiu para o lançamento de ideias e percepções antes ignoradas pelos intelectuais e críticos acadêmicos. Alvo de suas observações e inferências, as relações sociais e cotidianas foram desnudadas, tendo expostas suas intempéries, injustiças, preferências e desigualdades.

Guerreiro Ramos abordou a necessidade e a importância da construção de uma ciência decolonial, que priorizasse a realidade local, privilegiando-as mesmo em relação a utilização de teorias já existentes (principalmente, quando estas eram importadas). Por fim, ao problematizar a crítica a abordagem racial, ele também propõe métodos, científicos e sociais, não só de percepção, mas de transformação dessa realidade, o que somente ocorreria com a tomada de consciência da existência do racismo por parte de brancos e negros e, mais ainda da valorização, pelos negros, de sua estética. Dessa forma, ele propõe uma inversão daquilo que acontecia nos estudos sobre raça, ao sugerir a tematização e a problematização do elemento social branco e de sua patologia.

No entanto, cabe destacar que nosso autor também fez algumas leituras preconceituosas de viés ocidentalizado em relação à África, acusando-a de primitiva. Vejamos:

É preciso dizer, finalmente, que esta posição de autenticidade étnica não se inclina para a legitimação de nenhum romantismo culturológico, de nenhum retorno às formas

primitivas de convivência e de cultura. A autenticidade étnica do brasileiro não implica um processo de desestruturação, no caso, de desocidentalização da sociedade nacional. Ela é possível perfeitamente dentro das pautas nas quais tem transcorrido a evolução do país. (Ramos, 1956, p. 192)

Será que seria esse o motivo do seu silenciamento ou cancelamento ou, apesar de ser um aspecto merecedor de críticas, não justificaria ignorar todas as suas contribuições para os estudos étnico-sociológicos?

Afinal, todos os aspectos inaugurados por Ramos estão de alguma forma presentes nas produções atuais. Por que, então, importantes estudiosos/as não o apresentam como referência? Lamentamos não termos respostas para esta indagação, contudo, ao realizarmos essa breve revisão bibliográfica em torno da presença ou ausência de Guerreiro Ramos nos escritos acadêmicos, verificamos que é no século XXI, mais precisamente a partir da segunda década, que suas contribuições passam a ser revisitadas, consideradas e referenciadas em maior proporção; no entanto, tais referências, quase que hegemonicamente, estão restritas aos estudos sobre branquitude, coincidindo, dessa forma, a sua utilização com a expansão dos estudos sobre essa temática.

Por fim, apesar de ainda ser tímida, devemos dizer que nos causa alegria constatar que muito mais escrevemos, lemos e ouvimos falar sobre Guerreiro Ramos, e menos sobre Antonio Risério (o que não nos faz falta). E parafraseando o que disse Ramos (1957, p. 145) sobre Nina Rodrigues, “O certo é que, no campo das ciências sociais, a melhor homenagem que se pode prestar às qualidades do cidadão comum ‘Antonio Risério’, é fazer silêncio a respeito de sua obra”.

## **Referências**

Almeida, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Jandaíra, 2019

Barros, José d’Assunção. *A construção Social da cor*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

Bento, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 2002.

Caldas, Alan e Silva, Nikolas. A democracia racial no pensamento de guerreiro ramos: um balanço dos comentadores. *Revista Temáticas*, Campinas, 29, (57): 88-116, fev./jun. 2021.

Cardoso, Lourenço. O branco não-branco e o branco-branco. *Revista Humanistas*, ano 47, n.

47, v. 2, Ciências Sociais, 2020, pp. 53-81.

Gomes, Nima Lino. O Movimento Negro educador. Petrópolis/RJ: Vozes, 7ª ed. 2021.

Guimarães, Antonio Sergio. Intelectuais negros e formas de integração nacional. Estudos Avançados, nº 18, 2004.

<https://pt.scribd.com/document/593452077/Antonio-Riserio-Racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo#>

Moreira, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. Revista da ABPN, v. 6, n. 13, mar.-jun. 2014, p. 73-87.

Ramos, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Editorial ANDES Limitada, 1956.

Santos, Gislene Aparecida. A invenção do Ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade do negro. São Paulo: Educ/fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

Schwarcz, Lília. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 - 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 8ª ed. 2008.

Shucman, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 2012.

Ware, Vron. O poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In: Ware, Vron (Org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: editora Garamond. S/D. Pp. 07-40.

\*\*\*

#### **Sobre os autores:**

**Adriana Santos Santana da Cruz:** Possui graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia (2003), especialização em História e cultura Afro-brasileira: fundam e met. pela Faculdade Visconde Cairu (2004) e mestrado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2007). Atualmente é Professora da Prefeitura Municipal de Camaçari e Professora da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Atuando principalmente nos seguintes temas: Escravidão, Africanos Livres, Emancipação, Liberdade. \*texto retirado do currículo Lattes

**Cláudia Santos da Silva:** Professora de história da educação básica, ensino Fundamental II e Médio. Possui licenciatura em história, Especialização em Metodologia do Ensino Pesquisa e Extensão em Educação e Mestrado em Memória e Desenvolvimento Regional, todos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente é doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos pelo programa Pós-Afro, pela Universidade Federal da Bahia.

**Fábio Calisto da Cruz Silva:** Historiador, professor e pesquisador, formado pela UFRB. Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pesquisador pelo CNPq -FAPESB, no Observatório da Vida Estudantil (OVE) UFBA-UFRB 2013/2015. Tem

experiência na área de História com ênfase em História da Educação. É músico, poeta e escritor. Atuou durante anos na Filarmônica 25 de dezembro - Irará, como Clarinetista. Estudou no Seminário de Música do Cuca, no período entre 2002 e 2005. Idealizador/criador do projeto Histórias e Causos da Fêra, midiateca de causos ano 2020. Fundador do MOVIMENTO VIVA IRARA anos 2000.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** 29 de dezembro de 2024.

**Artigo aprovado para publicação em:** 27 de maio de 2024.

\*\*\*

**Como citar:**

SANTANA DA CRUZ, Adriana Santos; SILVA, Claudia Santos da; SILVA, Fábio Calisto da Cruz. A atualidade de Guerreiro Ramos. *Revista Transversos*. Dossiê: Intelectuais, movimento negro e antirracismo no século XX. Rio de Janeiro, nº. 30, 2024. pp. 58-78. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/80986>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2024.80986

